



PMEPC

Município de Oliveira de Azeméis

Fevereiro de 2014

Versão Final

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Promovido Por:



Financiado por:



Elaborado por:



Ficha Técnica

Realização



Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II,
Nº 11, 3º B, Taguspark
2740-120 PORTO SALVO – Portugal
Email: info@municipia.pt
Telefone: (+351) 214 228 200
Fax: (+351) 214 228 205



Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis
Largo da República
3720-240 Oliveira de Azeméis – Portugal
Email: geral@cm-oaz.pt
Telefone: (+351) 256 600 600
Fax: (+351) 256 674 694

Promovido Por:



Financiado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Associação de Municípios das Terras de Santa Maria

Direção do Projeto	Santos Costa
--------------------	--------------

Equipa Técnica	Susana Silva
----------------	--------------

Câmara Municipal

Presidente	Hermínio Loureiro
------------	-------------------

Vice-Presidente	Ricardo Tavares
-----------------	-----------------

Equipa Técnica	Ana Clara Marques
----------------	-------------------

Município, E.M., S.A.

Coordenação e Direção do Projeto	Nelson Mileu
----------------------------------	--------------

Município, E.M., S.A.

Gestão do Projeto	Frederico Antunes
Equipa Técnica	Miguel Bana e Costa
	Hélder Murcha
	Ana Ribeiro
	Teresa Zuna
Coordenação da Equipa de Avaliação de Riscos	Alberto Gomes
Caracterização do território e Avaliação de riscos	Laura Soares
	Carlos Delgado
	Inês Marafuz
	Hugo Teixeira

Índice

FICHA TÉCNICA	2
ÍNDICE	4
ÍNDICE DE ESQUEMAS	7
ÍNDICE DE FIGURAS	7
ÍNDICE DE MAPAS	8
ÍNDICE DE TABELAS	9
PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO	12
1. INTRODUÇÃO.....	13
2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO.....	13
3. OBJETIVOS GERAIS	15
4. ENQUADRAMENTO LEGAL	15
5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO.....	16
6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	16
7. ATIVAÇÃO DO PLANO	17
7.1. Competências para a ativação do Plano	17
7.2. Critérios para ativação do Plano	18
8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS	21
PARTE II – ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA	23
1. CONCEITO DE ATUAÇÃO	24
2. EXECUÇÃO DO PLANO	26
2.1. Fase de emergência	27
2.2. Fase de reabilitação.....	32
3. ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DE AGENTES, ORGANISMOS E ENTIDADES	36
3.1. Missão dos agentes de Proteção Civil.....	36
3.1.1. Fase de emergência	37
3.1.2. Fase de reabilitação	39
3.2. Missão dos organismos e entidades de apoio	42
3.2.1. Fase de emergência	42
3.2.2. Fase de reabilitação	46
3.3. Missão das estruturas autárquicas.....	50
3.3.1. Fase de emergência.....	50
3.3.2. Fase de emergência.....	51
PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO.....	52
1. ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS.....	53
2. LOGÍSTICA	55
2.1. Apoio Logístico às Forças de Intervenção	56
2.2. Apoio Logístico às populações	61
3. COMUNICAÇÕES.....	66
3.1. Rede Operacional de Bombeiros (ROB)	67
3.2. Rede Estratégica de Proteção Civil (REPC).....	69
3.3. SIRESP	69
3.4. Organização das comunicações.....	70
4. GESTÃO DA INFORMAÇÃO	71
4.1. Gestão da Informação às entidades e agentes envolvidos nas ações de socorro	72
4.2. Gestão da Informação a entidades públicas e privadas que colaboram com as ações de socorro e reabilitação;	73
4.3. Gestão da Informação Pública:.....	74
5. PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	76

6.	MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.....	80
7.	SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS.....	82
8.	SOCORRO E SALVAMENTO	85
9.	SERVIÇOS MORTUÁRIOS	87
10.	PROTOCOLOS	91
PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR		92
SECÇÃO I		93
1.	ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTEÇÃO CIVIL EM PORTUGAL.....	93
1.1.	<i>Estrutura de Proteção Civil</i>	<i>94</i>
1.1.1.	Direção Política	95
1.1.2.	Coordenação Política	95
1.1.3.	Órgãos de Execução	96
1.2.	<i>Estrutura das Operações</i>	<i>97</i>
1.2.1.	Sistema de Gestão de Operações.....	98
1.2.1.1	Funções na estrutura da organização	101
1.2.1.2	Teatro de operações	104
1.2.2.	Comando Operacional	105
1.2.3.	Coordenação Institucional	106
2.	MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTEÇÃO CIVIL.....	108
2.1.	<i>Composição, convocação e competências da comissão de Proteção Civil</i>	<i>108</i>
COMPOSIÇÃO		108
COMPETÊNCIAS		108
LOCAL DE FUNCIONAMENTO		108
2.2.	<i>Crítérios e âmbito para a declaração das situações de alerta.....</i>	<i>109</i>
2.3.	<i>Sistema de monitorização, alerta e aviso</i>	<i>110</i>
2.3.1.	Monitorização	110
2.3.2	Alerta.....	114
1.1.1.	Aviso.....	115
SECÇÃO II		117
1.	CARACTERIZAÇÃO GERAL	117
2.	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA.....	119
2.1.	<i>Condições Climáticas</i>	<i>119</i>
2.2.	<i>Orografia</i>	<i>123</i>
2.3.	<i>Declives.....</i>	<i>125</i>
2.4.	<i>Hidrografia.....</i>	<i>127</i>
2.5.	<i>Ocupação do Solo</i>	<i>128</i>
2.6.	<i>Geologia.....</i>	<i>130</i>
3.	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA	133
3.1.	<i>Principais Aspetos Demográficos.....</i>	<i>133</i>
3.1.1.	Evolução da População	134
3.1.2.	Estrutura da População	137
3.1.3.	Distribuição da População.....	140
3.1.4.	Edifícios e Alojamentos	141
3.2.	<i>Economia</i>	<i>145</i>
4.	CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS	148
4.1.	<i>Património</i>	<i>148</i>
4.2.	<i>Unidades de Alojamento</i>	<i>149</i>
4.3.	<i>Infraestruturas Urbanas</i>	<i>151</i>
4.3.1.	Rede de Abastecimento de Água	151
4.3.2.	Rede de Saneamento e Águas Residuais.....	152
4.3.3.	Resíduos Sólidos Urbanos	153
4.4.	<i>Equipamentos de Utilização Coletiva</i>	<i>154</i>
4.4.1.	Equipamentos Administrativos	154
4.4.2.	Equipamentos de Saúde.....	155

4.4.3.	Equipamentos Sociais	156
4.4.4.	Equipamentos Educativos	157
4.4.5.	Equipamentos Culturais	158
4.4.6.	Equipamentos Desportivos	159
4.4.7.	Equipamentos Religiosos	160
4.5.	<i>Agentes de Proteção Civil</i>	161
4.6.	<i>Infraestruturas de Comunicação</i>	162
4.7.	<i>Comunicações</i>	163
4.8.	<i>Energia</i>	164
4.8.1.	Rede Elétrica	164
4.8.2.	Rede de Gás e Combustíveis	166
4.9.	<i>Áreas Industriais e Armazenamento</i>	167
5.	CARACTERIZAÇÃO DO RISCO	169
5.1.	<i>Identificação do Risco</i>	172
5.1.1.	Tempestades	172
5.1.2.	Ondas de Calor	173
5.1.3.	Vagas de frio	179
5.1.4.	Secas	185
5.1.5.	Cheias e inundações	190
5.1.6.	Sismos	196
5.1.7.	Movimento de massa em vertentes	201
5.1.8.	Acidentes no transporte de substâncias perigosas	205
5.1.9.	Colapso de estruturas	208
5.1.9.1.	Edifícios	209
5.1.9.2.	Túneis, Pontes e Viadutos	213
5.1.10.	Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos	215
5.1.11.	Incêndios urbanos e industriais	219
5.1.12.	Incêndios florestais	221
5.1.13.	Contaminação de aquíferos	228
5.1.14.	Degradação dos solos	230
5.2.	<i>Análise do Risco</i>	233
5.2.1.	Tempestades	236
5.2.2.	Ondas de Calor	236
5.2.3.	Vagas de Frio	236
5.2.4.	Secas	237
5.2.5.	Cheias e inundações	237
5.2.6.	Sismos	243
5.2.7.	Movimento de massa em vertentes	243
5.2.8.	Acidentes no transporte de substâncias perigosas	245
5.2.9.	Colapso de Estruturas	247
5.2.10.	Acidentes em estabelecimentos industriais perigosos	248
5.2.11.	Incêndios urbanos e industriais	251
5.2.12.	Incêndios Florestais	255
5.2.13.	Contaminação de Aquíferos	256
5.2.14.	Degradação dos Solos	257
5.3.	<i>Estratégias de Prevenção e Mitigação do Risco</i>	257
5.3.1.	Instrumentos que concorrem para a mitigação dos Riscos	257
5.3.2.	Legislação específica para a mitigação dos Riscos	257
5.3.3.	Projetos ou programas integrados destinados a mitigar os Riscos	258
5.3.4.	Planos de Ordenamento do Território	261
6.	CENÁRIOS	262
6.1.	<i>Cenário de Incêndios e Colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional</i>	262
6.2.	<i>Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas</i>	269
6.3.	<i>Cenário Hipotético de Incêndio Florestal</i>	277
7.	CARTOGRAFIA (EM ANEXO)	284
SECÇÃO III		286
1.	INVENTÁRIO DE RECURSOS E MEIOS	286
2.	LISTA DE CONTACTOS	290

3.	MODELOS DE RELATÓRIOS E REQUISIÇÕES	301
4.	MODELOS DE COMUNICADOS	308
5.	LISTA DE ATUALIZAÇÕES DO PLANO.....	315
6.	LISTA DE EXERCÍCIOS DO PLANO	316
7.	LISTA DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO.....	317
8.	LEGISLAÇÃO	318
9.	BIBLIOGRAFIA	322
10.	GLOSSÁRIO	328
11.	ANEXOS	331

Índice de Esquemas

ESQUEMA 1 - ORGANOGRAMA OPERACIONAL	26
ESQUEMA 2 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO SOCIAL ÀS POPULAÇÕES	63
ESQUEMA 3 – ESQUEMA DOS PROCEDIMENTOS DE COORDENAÇÃO PARA APOIO PSICOLÓGICO ÀS POPULAÇÕES	64
ESQUEMA 4 - ROB NO TEATRO DE OPERAÇÕES	69
ESQUEMA 5 – ORGANOGRAMA DAS COMUNICAÇÕES	70
ESQUEMA 6 – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES DO PMEPC	71
ESQUEMA 7 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES)	74
ESQUEMA 8 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (GESTÃO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA).....	76
ESQUEMA 9 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (EVACUAÇÃO).....	78
ESQUEMA 10 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA)	82
ESQUEMA 11 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS).....	84
ESQUEMA 12 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SOCORRO E SALVAMENTO)	87
ESQUEMA 13 – PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO (SERVIÇOS MORTUÁRIOS)	91
ESQUEMA 14 - ESTRUTURA NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL.....	95
ESQUEMA 15 - ESTRUTURA DE OPERAÇÕES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	98
ESQUEMA 16 – ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ALERTA	115
ESQUEMA 17 – ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE AVISO	116
ESQUEMA 18 - PROCEDIMENTO OPERACIONAL - INCÊNDIO URBANO	268
ESQUEMA 19 - PROCEDIMENTO OPERACIONAL – ACIDENTE RODOVIÁRIO COM MATÉRIAS PERIGOSAS.	277
ESQUEMA 20 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – INCÊNDIO FLORESTAL.....	284

Índice de Figuras

FIGURA 1 – SISTEMA DE GESTÃO DE OPERAÇÕES.....	100
FIGURA 2 – ZONAS DE INTERVENÇÃO	105
FIGURA 3 - GRÁFICO TERMO-PLUVIOMÉTRICO PARA A ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE CASTELO BURGÃES.	122
FIGURA 4 - ROSA ANEMOSCÓPICA (2006-2011)	123
FIGURA 5 - EXTRATO DA CARTA NEOTECTÓNICA DE PORTUGAL (FONTE: CABRAL E RIBEIRO, 1988)	132
FIGURA 6 - EVOLUÇÃO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 1960 A 2011.....	134
FIGURA 7 - PIRÂMIDE ETÁRIA POR SEXO EM 2001	138
FIGURA 8 - POPULAÇÃO EMPREGADA POR SECTOR DE ATIVIDADE (2001)	146
FIGURA 9 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE, POR FREGUESIA	147
FIGURA 10 – SEQUÊNCIA CONCEPTUAL E METODOLÓGICO DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS. FONTE: JULIANO ET AL, 2009	170
FIGURA 11 - TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE S. PEDRO DO SUL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1977 E 1992	178
FIGURA 12 - TEMPERATURAS MÁXIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BURGÃES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1990 E 1998	178
FIGURA 13 - VALORES DO <i>WIND CHILL</i> E GRAUS DE SEVERIDADE ASSOCIADOS	179
FIGURA 14 – LIMIARES DE VAGAS DE FRIO ADOTADOS PARA O DISTRITO DE AVEIRO.....	181
FIGURA 15 - TEMPERATURAS MÍNIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE S. PEDRO DO SUL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1977 E 1992	184
FIGURA 16 - TEMPERATURAS MÍNIMAS DIÁRIAS OBSERVADAS NA ESTAÇÃO METEOROLÓGICA DE BURGÃES, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1990 E 1998	184

FIGURA 17 - PERSPETIVA INTEGRADA DAS SECAS (ADAPTADO DE PIMENTA E CRISTO, 1998).....	186
FIGURA 18 - VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE BURGÃES, SALIENTANDO-SE OS ANOS EM QUE OS QUANTITATIVOS SÃO INFERIORES À MÉDIA GLOBAL DA SÉRIE ANALISADA	190
FIGURA 19 - VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL DA ESTAÇÃO DE AROUCA, SALIENTANDO-SE OS ANOS EM QUE OS QUANTITATIVOS SÃO INFERIORES À MÉDIA GLOBAL DA SÉRIE ANALISADA	190
FIGURA 20 - SIGNIFICADO E ABRANGÊNCIA DA TERMINOLOGIA ASSOCIADA AOS MOVIMENTOS DE INSTABILIDADE GEOMORFOLÓGICA (ADAPTADO DE ZÊZERE, 1997)	201
FIGURA 21 - NÚMERO DE PASSAGENS DE VEÍCULOS TRANSPORTADORES DE MATÉRIAS PERIGOSAS, POR TIPO DE PERIGO	207
FIGURA 22 - ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	209
FIGURA 23 - TOTAL DE OCORRÊNCIAS E ÁREA ARDIDA (HA) ENTRE 1980 E 2010	222
FIGURA 24 - NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E CORRESPONDENTE ÁREA ARDIDA POR TIPO DE OCUPAÇÃO, ENTRE 1980 E 2010	223
FIGURA 25 - NÚMERO DE INCÊNDIOS E ÁREA ARDIDA, POR FREGUESIA, ENTRE 2001 E 2010	224
FIGURA 26 - Nº DE OCORRÊNCIAS POR TIPOLOGIA DE INCÊNDIO ENTRE 01-01-2006 E 06-07-2011.....	255

Índice de Mapas

MAPA 1 - ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	14
MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS ZCR.....	59
MAPA 3 - LOCALIZAÇÃO DAS ZCAP	65
MAPA 4 – ITINERÁRIOS DE EVACUAÇÃO E ZCL.....	80
MAPA 5 – APOIO LOGÍSTICO – REUNIÃO DE VÍTIMAS MORTAIS	90
MAPA 6 - ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	118
MAPA 7 - NEVOEIRO E NEBULOSIDADE NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (ADAPTADO DE DAVEAU, 1978).....	120
MAPA 8 - INSOLAÇÃO NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	121
MAPA 9 - CARTA HIPSOMÉTRICA.....	124
MAPA 10 - CARTA DE DECLIVES	126
MAPA 11 – REDE HIDROGRÁFICA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	127
MAPA 12 - CARTA DE OCUPAÇÃO DO SOLO (2007).	129
MAPA 13 - GEOLOGIA DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	133
MAPA 14 - VARIAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO ENTRE 2001 E 2011, POR FREGUESIA.....	136
MAPA 15 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA EM 2011	137
MAPA 16 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO (2001)	140
MAPA 17 - DENSIDADE POPULACIONAL (2011)	141
MAPA 18 - EDIFÍCIOS CLÁSSICOS EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS (2011)	143
MAPA 19 - PATRIMÓNIO	149
MAPA 20 - UNIDADES DE ALOJAMENTO DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	150
MAPA 21 - EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	155
MAPA 22 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	156
MAPA 23 - EQUIPAMENTOS SOCIAIS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	157
MAPA 24 - EQUIPAMENTOS DE ENSINO.....	158
MAPA 25 - EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	159
MAPA 26 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	160
MAPA 27 - EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	161
MAPA 28 - AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	162
MAPA 29 - INFRAESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	163
MAPA 30 - REDE DE ALTA E MUITO ALTA TENSÃO	165
MAPA 31 - REDE DE GÁS.....	167
MAPA 32 - ÁREAS INDUSTRIAIS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	168
MAPA 33 - CHEIAS PROGRESSIVAS E INUNDAÇÕES URBANAS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	192
MAPA 34 - CHEIAS PROGRESSIVAS NO RIO CAIMA – SECTOR DE OSSELA.	193
MAPA 35 – CHEIAS PROGRESSIVAS NO RIO ÍNSUA – SECTORES DE MACINHATA DE SEIXA E MADAÍL.....	194
MAPA 36 - CHEIAS PROGRESSIVAS NA RIBEIRA DA PÓVOA – SECTOR DE LOUREIRO.	195
MAPA 37 - CHEIAS PROGRESSIVAS NO RIO ÍNSUA - SECTOR DE CARREGOSA.....	196
MAPA 38- ISOSSISTAS DE INTENSIDADE MÁXIMA PARA PORTUGAL CONTINENTAL E SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	199

MAPA 39 – SISMICIDADE HISTÓRICA E INSTRUMENTAL NA ÁREA CENTRO-NORTE DE PORTUGAL CONTINENTAL	200
MAPA 40 - SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE VERTENTE, EM OLIVEIRA DE AZEMÉIS.	205
MAPA 41 – LOCAIS DE PASSAGEM DE TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS NA REDE RODOVIÁRIA.....	208
MAPA 42 - PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS COM IDADE ANTERIOR A 1985	211
MAPA 43 - EDIFÍCIOS EM RUÍNA NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	213
MAPA 44 - PONTES, TÚNEIS E VIADUTOS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	214
MAPA 45 – ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.	218
MAPA 46 – UTILIZAÇÃO TIPO NO EDIFICADO, SEGUNDO O REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO EM EDIFÍCIOS.	221
MAPA 47 - ÁREAS ARDIDAS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	225
MAPA 48 - PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	226
MAPA 49 - PERIGOSIDADE DE OCORRÊNCIA DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	227
MAPA 50 - SUSCETIBILIDADE À CONTAMINAÇÃO DOS AQUÍFEROS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (SEGUNDO A METODOLOGIA USADA NA DEFINIÇÃO DA REN).....	229
MAPA 51 – SUSCETIBILIDADE DE EROÇÃO HÍDRICA DO SOLO, NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	232
MAPA 52 – RISCO DE EROÇÃO HÍDRICA DO SOLO, NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	233
MAPA 53 - EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE AFETADOS PELA OCORRÊNCIA DE CHEIAS NO RIO CAIMA – SECTOR DE OSSELA.....	239
MAPA 54 - EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE AFETADOS PELA OCORRÊNCIA DE CHEIAS NO RIO ÍNSUA – SECTOR DA MACINHATA DA SEIXA	240
MAPA 55 - EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE AFETADOS PELA OCORRÊNCIA DE CHEIAS NA RIBEIRA DA PÓVOA – SECTOR DE LOUREIRO	241
MAPA 56 – EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE AFETADOS PELA OCORRÊNCIA DE CHEIAS NO RIO ÍNSUA – SECTOR DA CARREGOSA	242
MAPA 57 - ÁREAS E EIXOS VIÁRIOS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE À OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE VERTENTE.	245
MAPA 58 - ELEMENTOS EXPOSTOS AO RISCO DE ACIDENTES NO TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS.....	247
MAPA 59 – CARTA DE ELEMENTOS EXPOSTOS AO RISCO DE ACIDENTES GRAVES EM ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS.....	249
MAPA 60 – ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS COM 5 OU MAIS PISOS	253
MAPA 61 - EDIFÍCIOS POTENCIALMENTE EXPOSTOS AO RISCO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	256
MAPA 62 - PONTO DE ECLOSÃO E LOCALIZAÇÃO DE AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	263
MAPA 63 - PERCURSOS DE EMERGÊNCIA E CORREDOR DE SOCORRO – INCÊNDIO URBANO.....	264
MAPA 64 - ZONAS DE SINISTRO E DE APOIO – INCÊNDIO URBANO.....	266
MAPA 65 - POSICIONAMENTO DE MEIOS – INCÊNDIO URBANO	267
MAPA 66 - LOCALIZAÇÃO DO SINISTRO E DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	270
MAPA 67 - CORREDOR DE EMERGÊNCIA E PERCURSO DE SOCORRO – ACIDENTE RODOVIÁRIO COM MATÉRIAS PERIGOSAS.	273
MAPA 68 - CENÁRIO DE BLEVE E PROXIMIDADE DE INDÚSTRIAS PERIGOSAS.....	274
MAPA 69 - SITUAÇÃO TÁTICA.....	276
MAPA 70 - PONTO DE ECLOSÃO DE INCÊNDIO FLORESTAL E LOCALIZAÇÃO DOS APC’S	279
MAPA 71 - TEMPOS DE CHEGADA AO LOCAL DE ECLOSÃO DO INCÊNDIO FLORESTAL	280
MAPA 72 - SITAC - INCÊNDIO FLORESTAL	282

Índice de Tabelas

TABELA 1 – ÂMBITO E TIPOLOGIA DO PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO COM INCIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	17
TABELA 2 - MEIOS DE PUBLICITAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO PLANO	18
TABELA 3 - MATRIZ DE RISCO - CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO DO PLANO	20
TABELA 4 - CALENDARIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS.....	22
TABELA 5 - ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	26
TABELA 6 - AÇÕES A DESENVOLVER - FASE DE EMERGÊNCIA.....	28
TABELA 7 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL	29
TABELA 8 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO ...	30
TABELA 9 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE EMERGÊNCIA FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO.....	31
TABELA 10 - AÇÕES A DESENVOLVER - FASE DE REABILITAÇÃO	32
TABELA 11 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO NATURAL.....	33

TABELA 12 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO TECNOLÓGICO.	34
TABELA 13 - ENTIDADES E AGENTES INTERVENIENTES NA FASE DE REABILITAÇÃO FACE À TIPOLOGIA DE RISCO MISTO	35
TABELA 14 - AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL.....	36
TABELA 15 - ORGANISMOS E ENTIDADES COM ESPECIAL DEVER DE COOPERAÇÃO	36
TABELA 16 - TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE EMERGÊNCIA	39
TABELA 17 - TAREFAS PARA CADA AGENTE DE PROTEÇÃO CIVIL NA FASE DE REABILITAÇÃO	41
TABELA 18 - TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE EMERGÊNCIA	46
TABELA 19 - TAREFAS PARA CADA ORGANISMO OU ENTIDADE DE APOIO NA FASE DE REABILITAÇÃO	49
TABELA 20 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	53
TABELA 21 - RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS	54
TABELA 22 - TIPOLOGIA DE MATERIAL LOGÍSTICO	55
TABELA 23 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA LOGÍSTICA DAS OPERAÇÕES	56
TABELA 24 - NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	57
TABELA 25 - PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA ÀS OPERAÇÕES	60
TABELA 26 - NECESSIDADES LOGÍSTICAS NO APOIO ÀS POPULAÇÕES	63
TABELA 27 - PRIORIDADES DE AÇÃO NAS OPERAÇÕES DE LOGÍSTICA	66
TABELA 28 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DAS COMUNICAÇÕES	67
TABELA 29 - REDE OPERACIONAL DE BOMBEIROS	68
TABELA 30 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO	72
TABELA 31 - RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS NO QUE CONCERNE A INFORMAÇÃO A SER DIFUNDIDA A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS QUE COLABORAM COM AS AÇÕES DE SOCORRO E REABILITAÇÃO	74
TABELA 32 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRIORIDADES DE AÇÃO E PROCEDIMENTOS E INSTRUÇÕES DE COORDENAÇÃO NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA	75
TABELA 33 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	77
TABELA 34 - ZONAS DE CONCENTRAÇÃO LOCAL	79
TABELA 35 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	83
TABELA 36 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NO SOCORRO E SALVAMENTO	85
TABELA 37 - MARCHA GERAL DAS OPERAÇÕES	86
TABELA 38 - COORDENAÇÃO, COLABORAÇÃO E PRIORIDADES DE AÇÃO NOS SERVIÇOS MORTUÁRIOS	88
TABELA 39 - LOCAIS DE REUNIÃO DE VÍTIMAS MORTAIS	89
TABELA 40 - OBJETIVO E DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL	93
TABELA 41 - PRINCÍPIOS ESPECIAIS APLICÁVEIS ÀS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO CIVIL	94
TABELA 42 - DIREÇÃO POLÍTICA	95
TABELA 43 - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	96
TABELA 44 - COMPETÊNCIAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL	97
TABELA 45 - OBJETIVOS, RESPONSABILIDADES E FUNÇÕES DO COMANDANTE DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO	102
TABELA 46 - TAREFAS DOS ADJUNTOS DO COS	102
TABELA 47 - CÉLULAS DO SISTEMA DE GESTÃO DAS OPERAÇÕES	104
TABELA 48 - RESPONSÁVEIS DAS ESTRUTURAS NA CÉLULA DE COMBATE	104
TABELA 49 - COMPETÊNCIAS DO COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL	106
TABELA 50 - COMPETÊNCIAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL DA CMPC	106
TABELA 51 - COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	108
TABELA 52 - DEFINIÇÃO DE ACIDENTE GRAVE E CATÁSTROFE	109
TABELA 53 - COMPETÊNCIAS, PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS DA DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA	110
TABELA 54 - AVISOS EMITIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA	111
TABELA 55 - CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS, PARA VENTOS, PRECIPITAÇÃO, NEVE, TROVOADA, NEVOEIRO, TEMPO QUENTE, TEMPO FRIO E AGITAÇÃO MARÍTIMA	112
TABELA 56 - CRITÉRIOS DE EMISSÃO DE AVISOS PARA AS TEMPERATURAS MÍNIMAS E MÁXIMAS	112
TABELA 57 - NÍVEIS DE ALERTA E RESPECTIVO GRAU DE PRONTIDÃO E MOBILIZAÇÃO	114
TABELA 58 - REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	117
TABELA 59 - RESUMO DAS CLASSES HIPSOMÉTRICAS	124
TABELA 60 - INTERVALOS DAS CLASSES DE DECLIVE (ADAPTADO DE SILVA, 2000)	125
TABELA 61 - RESUMO DAS CLASSES DE DECLIVES	126
TABELA 62 - RESUMO DAS CLASSES DE OCUPAÇÃO DO SOLO (2007)	130
TABELA 63 - EVOLUÇÃO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE 1960 A 2011	134
TABELA 64 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2001-2011)	135

TABELA 65 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001	139
TABELA 66 - IDADE DE CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS (2001)	144
TABELA 67 - NÚMERO DE ALOJAMENTOS, SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO (2001)	145
TABELA 68 - PATRIMÓNIO CLASSIFICADO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	148
TABELA 69 - UNIDADES DE ALOJAMENTO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	150
TABELA 70 - ENTIDADES GESTORAS DAS INFRAESTRUTURAS URBANAS.....	151
TABELA 71 – REDE DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA.....	151
TABELA 72 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO.....	152
TABELA 73 - DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	153
TABELA 74 - PRODUÇÃO DE RSU POR FILEIRA (2008)	154
TABELA 75 - PRINCIPAIS ÓRGÃOS LOCAIS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	164
TABELA 76 - CONSUMOS DE ENERGIA EM KW/H	166
TABELA 77 – CONCEITOS ADOTADOS NA ELABORAÇÃO DOS PMEPC (ADAPTADO DE JULIÃO ET AL., 2009).	170
TABELA 78 – PERIGOS PASSÍVEIS DE AFETAREM O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.	171
TABELA 79 – MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO.....	171
TABELA 80 – MATRIZ DE RISCO PARA O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	172
TABELA 81 - LIMIARES DE TEMPERATURAS ADOTADOS PARA O DISTRITO DE AVEIRO, IM.	173
TABELA 82 - VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE S. PEDRO DO SUL.	176
TABELA 83 - VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A ONDAS DE CALOR NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE BURGÃES.	177
TABELA 84 - VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE S. PEDRO DO SUL.	182
TABELA 85 - VALORES DE TEMPERATURA ASSOCIADOS A VAGAS DE FRIO NOS REGISTOS DA ESTAÇÃO DE BURGÃES.	183
TABELA 86 - VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE BURGÃES, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL.	188
TABELA 87 - VALORES DE PRECIPITAÇÃO MENSAL DA ESTAÇÃO DE AROUCA, DESTACANDO-SE OS ANOS DE SECA POTENCIAL.	189
TABELA 88 - NÚMERO DE EDIFÍCIOS EM RUÍNA, POR FREGUESIA	212
TABELA 89 – INVENTÁRIO DE TÚNEIS, PONTES E VIADUTOS PRESENTES NO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	214
TABELA 90 – ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS LICENCIADOS NO CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, SEGUNDO A TIPOLOGIA 1 E 2 DO GRAU DE RISCO POTENCIAL.	217
TABELA 91 – PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS POR UTILIZAÇÃO TIPO.	220
TABELA 92 – GRAU DE PROBABILIDADE.	234
TABELA 93 – GRAU DE GRAVIDADE.	235
TABELA 94 - MATRIZ DE RISCO – GRAU DE RISCO.....	235
TABELA 95 – MATRIZ DE RISCO PARA O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	236
TABELA 96 - ELEMENTOS EXPOSTOS AO RISCO DE ACIDENTE NO TRANSPORTE DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS NO IC2	246
TABELA 97 – ELEMENTOS EXPOSTOS POR DISTÂNCIA DE SEGURANÇA AOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS... ..	250
TABELA 98 - MEDIDAS GERAIS DE MITIGAÇÃO	258
TABELA 99 - MEDIDAS ESPECÍFICAS POR TIPOLOGIA DE RISCO DE MITIGAÇÃO.....	261
TABELA 100 - DESCRIÇÃO DO CENÁRIO HIPOTÉTICO.	269
TABELA 101 - AVALIAÇÃO EFETUADA NO LOCAL DO ACIDENTE ENVOLVENDO SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS.	270
TABELA 102 - FICHA DE SEGURANÇA DO PRODUTO EM CAUSA	272
TABELA 103 - ALTERNATIVA AO IC2 – SENTIDO SUL – NORTE.	275
TABELA 104 - ALTERNATIVA AO IC2 – SENTIDO NORTE - SUL.	275
TABELA 105 - INTERVENIENTES NO CENÁRIO DE INCÊNDIO FLORESTAL.....	278
TABELA 106 - FITA DO TEMPO.....	283

Parte II – Organização da Resposta

1. Conceito de Atuação

O conceito de atuação visa definir as missões, tarefas e responsabilidades dos diversos agentes, organismos e entidades intervenientes e identificar as respetivas regras de atuação. Em ordem a assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento, rápido e eficiente, dos recursos disponíveis minimizando/mitigando os efeitos decorrentes de acidentes naturais, tecnológicos/antrópicos e mistos. Conforme o disposto na Diretiva Operacional Nacional nº1 de 2010, *“as operações de proteção civil e socorro são uma atividade multidisciplinar, desenvolvida, pelos organismos, serviços e entidades, de nível nacional, distrital e municipal, devidamente organizados no Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), através de um conjunto de estruturas, normas e procedimentos, de natureza permanente e conjuntural, que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.”*. No entanto, mediante a tipologia de risco, cada agente possui competências próprias, que convergem num único objetivo comum, o de proteger pessoas, património e ambiente passíveis de ser atingidos pela manifestação de todos os tipos de riscos.

O diretor do plano, o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, terá de ser mormente, o impulsionador das políticas de proteção civil, necessárias ao bom funcionamento de todos os agentes e entidades participantes no planeamento estratégico de ações de proteção civil, concorrendo fundamentalmente para o bem-estar da população em geral.

Seguidamente são apresentadas as estruturas existentes a nível do município de Oliveira de Azeméis no que toca à direção, coordenação e comando.

Organização da Proteção Civil no Município de Oliveira de Azeméis

Estruturas de Direção Política	Presidente da Câmara Municipal	Atribuições Desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso.
Estruturas de Coordenação Política e Institucional	Comissão Municipal de Proteção Civil	Composição - Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; - Um elemento de comando dos Bombeiros Voluntários de Fajões e Oliveira de Azeméis; - Representante da Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Cucujães; - Representante da Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Oliveira de Azeméis; - Representante do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga; - Representante da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de

Organização da Proteção Civil no Município de Oliveira de Azeméis

		Azeméis; - Representante do Centro Distrital de Aveiro do Instituto da Segurança Social, I.P. – Serviço Local de Oliveira de Azeméis; - Representante da Unidade de Saúde Pública do ACES do Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte; - Representante da Associação Florestal do Entre Douro e Vouga; - Representantes do Serviço Municipal de Proteção Civil, atividade de gestão Florestal e da divisão municipal de ação social.
		Atribuições - Acionar a elaboração do plano municipal de emergência, remetê-lo para a aprovação da Comissão Nacional de Proteção Civil e acompanhar a sua execução; - Acompanhar as políticas diretamente ligadas ao sistema de proteção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos; - Determinar o acionamento dos planos, quando tal se justifique; - Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC acionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das ações de proteção civil; - Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social.
		Local de Funcionamento Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis
		Locais alternativos de funcionamento - Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis - Bombeiros Voluntários de Fajões
Comando	Comandante operacional municipal (COM) ³	Atribuições - Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho; - Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis; - Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros; - Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; - Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;

³ O Município não tem nenhum Comandante Operacional Municipal nomeado. Neste sentido as competências da figura do COM ficam a cargo do Presidente da autarquia, visto este ser a autoridade municipal de proteção civil, ou na sua ausência o seu substituto enquanto diretor do plano.

Organização da Proteção Civil no Município de Oliveira de Azeméis

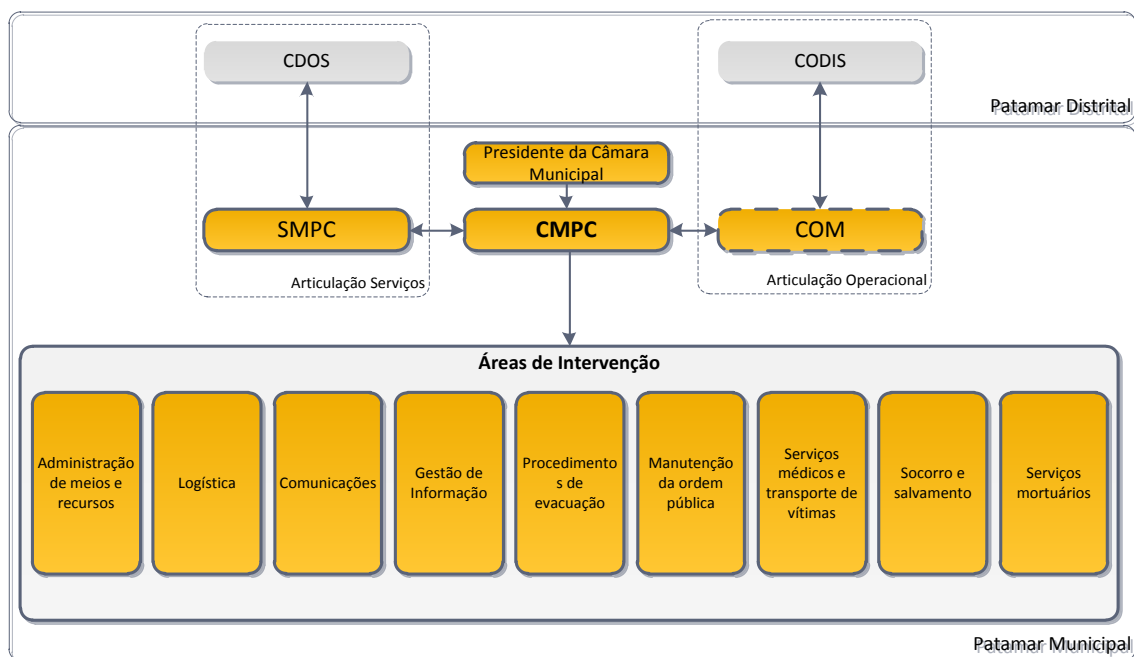
		Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano municipal de emergência, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais um corpo de bombeiros.
--	--	---

Tabela 5 - Organização da Proteção Civil no Município de Oliveira de Azeméis

2. Execução do Plano

Em conformidade com o ponto 1, do artigo 35º da Lei 27/2006, de 3 de Julho (Lei de Bases de Proteção Civil) compete ao presidente da Câmara Municipal, no exercício de funções de responsável municipal da política de proteção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso.

Este é o diretor do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil e poderá delegar funções, existindo para o caso o seu substituto legal, no entanto, segundo o ponto 2 do artigo 35º da mesma Lei, é apoiado pelo serviço municipal de proteção civil e pelos restantes agentes de proteção civil de âmbito municipal (Esquema 1 - Organograma Operacional). O substituto do Presidente da Câmara, enquanto diretor do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do município de Oliveira de Azeméis é o Vice-Presidente da Câmara Municipal.



Esquema 1 - Organograma Operacional

2.1. Fase de emergência

A fase de emergência representa as atividades e ações de resposta a situações de acidente grave ou catástrofe, levadas a cabo imediatamente depois de ter ocorrido o evento.

Fazendo uso das suas competências como responsável máximo da Proteção Civil no âmbito municipal, consequentemente como diretor do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de Oliveira de Azeméis, este deve atuar em conformidade com a situação, de forma a empenhar todos os esforços dos agentes e entidades públicas e privadas presentes no município, assegurando o conjunto de ações a desenvolver (Tabela 6 - Ações a desenvolver - Fase de Emergência). Relativamente à mobilização de recursos do sector público e/ou privado no momento do desastre ou catástrofe, estes deverão ser mobilizados mediante a sua disponibilidade, ou seja, deverão primeiramente ser mobilizados os recursos do sector público. Caso estes não estejam disponíveis ou sejam insuficientes deverão ser mobilizados recursos oriundos do sector privado, tendo em conta os custos dessa operação, mas de modo algum colocando em causa a execução dos trabalhos e segurança dos demais.

Fase de Emergência	
Ações a desenvolver	• Convocação imediata da Comissão Municipal de Emergência de Proteção Civil, através dos contactos existentes no PMEPCOA, através de SMS, telefone, correio eletrónico, fax ou presencialmente; • Acionar os mecanismos disponíveis para aviso às populações, como estabelecido no PMEPCOA; • Avaliar constantemente as vulnerabilidades e atuar em conformidade, permitindo a minimização do impacto da situação em pessoas, bens e ambiente; • Ativar os meios necessários, com vista a garantir o controlo da situação no menor espaço de tempo possível; • Difundir, pelos responsáveis das várias áreas de intervenção a informação obtida, de forma reservada; • Desencadear as atividades de socorro e salvamento, bem como providenciar desde logo, como estabelecido no plano, o lugar de alojamento temporário, agasalho e alimentação das populações evacuadas; • Manter permanentemente atualizados relatórios sobre a evolução da situação, nomeadamente perante o Comando Distrital de Operações de Socorro; • Difundir através da comunicação social, ou por outros meios, previamente estabelecidos no Plano, a divulgação de medidas de autoproteção que a população deve adotar, bem como outras medidas; • Assegurar a manutenção da Lei e da Ordem e, ainda, a circulação nas vias de acesso necessárias para a movimentação dos meios de socorro e evacuação das zonas de risco às pessoas afetadas; • Proceder à análise e quantificação dos danos pessoais e materiais, elaborando um relatório sobre as operações realizadas, de modo a estabelecer, o mais rapidamente possível, a situação de normalidade, logo após a fase de emergência • Garantir e promover a evacuação primária e secundária de feridos e doentes e a prestação dos

Fase de Emergência
cuidados médicos essenciais às populações das áreas afectadas; • Garantir assistência e bem-estar às populações; • Acionar os pedidos de meios e reforços das diversas entidades, nos termos da lei; • Proceder às ações de desobstrução, reparação e restabelecimento do fornecimento de água, energia e comunicações em geral; • Assegurar o transporte de pessoas, bens, água potável e combustíveis; • Promover a salvaguarda do património histórico e cultural; • Promover as ações de mortuária, adequadas à situação; • Repor, tão breve quanto possível, os serviços públicos essenciais e as vias de comunicação.

Tabela 6 - Ações a desenvolver - Fase de Emergência

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Riscos Naturais						
Entidades e Agentes	Ondas de Calor	Vagas de Frio	Secas	Sismos	Cheias e Inundações	Movimentos de Massa em Vertentes
SMPC	X	X	X	X	X	X
Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis	X	X	X	X	X	X
Bombeiros Voluntários de Fajões	X	X	X	X	X	X
Cruz Vermelha	X	X		X	X	
Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde)	X	X	X	X	X	
Hospital São Miguel	X	X	X	X	X	X
ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte	X	X	X	X	X	X
INEM	X	X	X	X	X	X
GNR	X	X	X	X	X	X
ICNF						
EDP	X	X		X	X	
REN	X	X		X	X	
Estradas de Portugal		X		X	X	X
Juntas de Freguesia	X	X	X	X	X	X
Instituto de Segurança Social	X	X	X	X	X	
Sapadores Florestais						

Tabela 7 - Entidades e agentes intervenientes na Fase de Emergência face à tipologia de risco natural

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Entidades e Agentes	Riscos Tecnológicos	Acidentes no Transporte de Substâncias Perigosas	Colapso de Estruturas	Acidentes em Estabelecimentos Industriais Perigosos	Incêndios Urbanos e Industriais
SMPC		X	X	X	X
Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis		X	X	X	X
Bombeiros Voluntários de Fajões		X	X	X	X
Cruz Vermelha		X	X	X	X
Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde)		X	X	X	X
Hospital São Miguel		X	X	X	X
ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte		X	X	X	X
INEM		X	X	X	X
GNR		X	X	X	X
ICNF					
EDP			X	X	X
REN			X	X	X
Estradas de Portugal		X	X		
Juntas de Freguesia					
Instituto de Segurança Social					X
Sapadores Florestais					

Tabela 8 - Entidades e agentes intervenientes na Fase de Emergência face à tipologia de risco tecnológico

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Entidades e Agentes	Riscos Mistos	Incêndios Florestais	Contaminação de Aquíferos	Degradação dos Solos
SMPC		X	X	
Bombeiros de Oliveira de Azeméis		X	X	
Bombeiros Voluntários de Fajões		X	X	
Cruz Vermelha		X		
Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde)			X	
Hospital São Miguel			X	
ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte			X	
INEM			X	
GNR		X	X	X
ICNF		X	X	
EDP				
REN				
Estradas de Portugal			X	
Juntas de Freguesia		X	X	
Instituto de Segurança Social				
Sapadores Florestais		X		

Tabela 9 - Entidades e agentes intervenientes na Fase de Emergência face à tipologia de risco misto

2.2. Fase de reabilitação

A fase de reabilitação caracteriza-se pelas atividades e ações levadas a cabo num período posterior à ocorrência da situação de desastre ou catástrofe, correspondendo ao processo de recuperação da normalidade, nomeadamente a reposição das condições de vida das populações atingidas, restabelecimento das infraestruturas, serviços públicos e privados e situações que se prendem com o regresso das populações e bens deslocados. Nesse sentido irão participar na fase de reabilitação as entidades designadas pelo plano e todas as entidades consideradas necessárias consoante a tipologia de risco que foi manifestada.

Fase de Reabilitação	
Ações a desenvolver	• Promover as medidas adequadas ao desenvolvimento da reabilitação estrutural e infraestrutural de âmbito municipal, no todo ou em parte, nas áreas humana, social, económica, de serviços e outras, de modo a restabelecer as condições de vida normais das populações nas zonas afetadas; • Promover o regresso das populações junto dos seus pertences, mas sempre assegurando a segurança das mesmas; • Promover a demolição, desobstrução e remoção dos destroços ou obstáculos, a fim de restabelecer a segurança, a circulação e evitar perigo de desmoronamentos; • Providenciar o alojamento provisório de populações afetadas cujas habitações foram destruídas ou ainda não garantam segurança; • Garantir o apoio em alimentação e outros bens de primeira necessidade às populações afetadas; • Promover o acompanhamento social e psicológico dos grupos mais vulneráveis; • Determinar a elaboração de relatórios contendo os respetivos levantamentos e inventariação de todos os prejuízos sofridos e as respetivas estimativas; • Elaborar um relatório circunstanciado relativo a todas as operações de Socorro e Assistência desenvolvidas, correspondendo este à forma de evitar futuras situações anómalas ocorridas durante as operações de socorro; • Proceder à distribuição de subsídios previamente fixados e ressarcir as respetivas entidades privadas.

Tabela 10 - Ações a desenvolver - Fase de Reabilitação

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Riscos Naturais							
Entidades e Agentes	Ondas de Calor	Vagas de Frio	Secas	Sismos	Cheias e Inundações	Movimentos de Massa em Vertentes	
SMPC	X	X	X	X	X	X	
Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis	X	X	X	X	X	X	
Bombeiros Voluntários de Fajões	X	X	X	X	X	X	
Cruz Vermelha	X	X		X	X		
Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde)	X	X	X	X	X		
Hospital São Miguel	X	X	X	X	X	X	
ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte	X	X	X	X	X	X	
INEM	X	X	X	X	X	X	
GNR	X	X		X	X	X	
ICNF			X		X	X	
EDP	X	X		X	X		
REN	X	X		X	X		
Estradas de Portugal		X		X	X	X	
Juntas de Freguesia	X	X	X	X	X	X	
Instituto de Segurança Social	X	X	X	X	X		
Sapadores Florestais							

Tabela 11 - Entidades e agentes intervenientes na Fase de Reabilitação face à tipologia de risco natural

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Entidades e Agentes	Riscos Tecnológicos	Acidentes no Transporte de Substâncias Perigosas	Colapso de Estruturas	Acidentes em Estabelecimentos Industriais Perigosos	Incêndios Urbanos e Industriais
SMPC		X	X	X	X
Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis		X	X	X	X
Bombeiros Voluntários de Fajões		X	X	X	X
Cruz Vermelha		X	X	X	X
Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde)		X	X	X	X
Hospital São Miguel		X	X	X	X
ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte		X	X	X	X
INEM		X	X	X	X
GNR		X	X	X	X
ICNF					
EDP			X	X	X
REN			X	X	X
Estradas de Portugal		X	X		
Juntas de Freguesia					
Instituto de Segurança Social					X
Sapadores Florestais					

Tabela 12 - Entidades e agentes intervenientes na Fase de Reabilitação face à tipologia de risco tecnológico.

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

Entidades e Agentes	Riscos Mistos	Incêndios Florestais	Contaminação de Aquíferos	Degradação dos Solos
SMPC		X	X	
Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis		X	X	
Bombeiros Voluntários de Fajões		X	X	
Cruz Vermelha		X		
Unidade de Saúde Pública (Autoridade de Saúde)			X	
Hospital São Miguel			X	
ACES Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte			X	
INEM			X	
GNR		X	X	
ICNF		X	X	
EDP				
REN				
Estradas de Portugal				
Juntas de Freguesia		X	X	
Instituto de Segurança Social				
Sapadores Florestais		X		

Tabela 13 - Entidades e agentes intervenientes na Fase de Reabilitação face à tipologia de risco misto

3. Articulação e atuação de agentes, organismos e entidades

São agentes de Proteção Civil nos termos da Lei de Bases de Proteção Civil:

Agentes de Proteção Civil
Corpos de Bombeiros;
Forças de Segurança;
Forças Armadas;
Autoridades Marítima e Aeronáutica;
INEM e demais serviços de saúde;
Sapadores Florestais;
Cruz Vermelha ⁴ .

Tabela 14 - Agentes de Proteção Civil

Segundo a mesma lei, são organismos e entidades com especial dever de cooperação:

Organismos e Entidades ⁵
Associações humanitárias de bombeiros voluntários;
Serviços de segurança;
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses;
Instituições de Segurança Social;
Instituições com fins de socorro e solidariedade;
Organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente;
Serviços de segurança e socorro privativos das empresas públicas e privadas, dos portos e aeroportos.

Tabela 15 - Organismos e entidades com especial dever de cooperação

3.1. Missão dos agentes de Proteção Civil

Mediante as respetivas Leis Orgânicas e Lei de Bases de Proteção Civil, são definidas as tarefas que cada agente de Proteção Civil quer no que respeita a medidas imediatas de resposta, quer no que toca a funções de suporte de emergência e de recuperação das condições de normalidade na vida das populações.

⁴ A Cruz Vermelha Portuguesa exerce, em cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio, funções na intervenção, socorro e assistência sanitária e social.

⁵ Todos os serviços e instituições, públicos ou privados, com dever de especial de cooperação com os agentes de proteção civil ou com competências específicas em domínios com interesse para a prevenção, a atenuação e o socorro às pessoas, aos bens e ao ambiente.

3.1.1. Fase de emergência

Assim, para a fase de emergência, as tarefas para cada agente de Proteção Civil estão assim distribuídas:

Fase de Emergência	
Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis	• Prevenção e combate a incêndios; • O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes; • O socorro a naufragos e buscas subaquáticas; • O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;
Bombeiros Voluntários de Fajões	• A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhe forem cometidas; • Participação em outras ações e o exercício de outras atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins das respetivas entidades detentoras.
GNR	• Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de Direito; • Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens; • Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza; • Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos; • Executar ações de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves; • Isolamento de áreas propícias ao acontecimento de acidentes graves ou catástrofes ou áreas atingidas por estes; • Controlo do tráfego rodoviário e restrições de circulação com o intuito de facilitar as ações de socorro; • Abertura de corredores de emergência/evacuação.
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II	• Assessoria nas ações de evacuação primária e secundária; • Atuar em conformidade com as indicações do INEM, no despacho de doentes urgentes; • Colocar todos os meios e recursos disponíveis ao serviço das ações de socorro; • Levantamento do número de registos de feridos e mortos; • Presta os cuidados de saúde em centros de acolhimento provisório;

	• Presta os necessários serviços médicos.
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	
Autoridade de Saúde do Município	• Assessoria nas ações de evacuação primária e secundária; • Atuar, em conformidade com as indicações do INEM, no despacho de doentes urgentes; • Colocar todos os meios e recursos disponíveis ao serviço das ações de socorro; • Levantamento do número de registos de feridos e mortos; • Presta os cuidados de saúde em centros de acolhimento provisório; • Presta os necessários serviços médicos.
INEM⁶	• Ao INEM incumbe a definição, organização, coordenação e avaliação das atividades do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM), nomeadamente no que respeita a: ○ Sistema de socorro pré-hospitalar (SSPH), nas suas vertentes medicalizado e não medicalizado; ○ Articulação do SSPH com os serviços de urgência/emergência; ○ Referenciação e transporte de urgência/emergência; ○ Receção hospitalar e tratamento urgente/emergente. Incumbe ainda ao INEM: • Assegurar a prestação de socorro pré-hospitalar e proceder ao transporte para as unidades de saúde adequadas; • Efetuar a triagem e evacuação primária e secundária de vítimas atingidas por acidentes graves ou catástrofes; • Promover a receção e o tratamento hospitalares adequados do doente urgente/emergente; • Proceder à montagem de postos de médicos avançados; • Promover a criação e correta utilização de corredores integrados de urgência/emergência («vias verdes»); • Promover a integração coordenada dos serviços de urgência/emergência no SIEM; • Promover a correta referenciação do doente urgente/emergente; • Promover a adequação do transporte inter-hospitalar do doente urgente/emergente; • Orientar a atuação coordenada dos agentes de saúde nas situações de catástrofe ou calamidade, integrando a organização definida em planos de emergência/catástrofe.

⁶ O INEM não dispõe de estruturas próprias implantadas no município

Sapadores Florestais - Associação Florestal de Entre Douro e Vouga	• Executar ações de primeira intervenção, apoio ao combate e rescaldo de incêndios florestais; • Colaborar na desobstrução de vias e remoção de árvores.
Cruz Vermelha	• Mobiliza e coloca à disposição do Comandante das operações de socorro os seus bens e recursos materiais e humanos; • Colabora na ajuda e assistência ao bem-estar das populações evacuadas para os centros de acolhimento provisório; • Exerce as funções para as quais estão destinados, no âmbito das ações de Proteção Civil.
Forças Armadas⁷	• Colaboram no reforço do pessoal civil nos campos da salubridade e da saúde, em especial na hospitalização e evacuação de feridos e doentes; • Colaboram em ações de busca e salvamento; • Disponibilizam equipamentos de apoio logístico para as operações; • Executam reconhecimentos terrestres, aéreos e marítimos e prestam de apoio em comunicações.

Tabela 16 - Tarefas para cada Agente de Proteção Civil na fase de Emergência

3.1.2. Fase de reabilitação

Para a fase de reabilitação, as tarefas para cada agente de Proteção Civil estão assim distribuídas:

Fase de Reabilitação	
Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis	• Desenvolvem ações de prevenção a novas ocorrências; • Desobstrução e limpeza das vias de comunicação; • Desenvolvem ações com vista à reposição da normalidade; • Auxílio geral às populações em campos para os quais existe a disponibilidade material e humana.
Bombeiros Voluntários de Fajões	
GNR	• Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de Direito; • Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a proteção das pessoas e dos bens;

⁷ As Forças Armadas não possuem estruturas implantadas no município. Os pedidos de colaboração são efetuados pelo Diretor do Plano ao Comandante Operacional Distrital.

	• Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas; • Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da ação humana ou da natureza; • Manter a vigilância e a proteção de pontos sensíveis, nomeadamente infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas; • Desenvolvem ações com vista à reposição da normalidade.
Agrupamento de Centros de Saúde Entre Douro e Vouga II	• Colocar todos os meios e recursos disponíveis ao serviço das ações de reabilitação; • Levantamento do número de registos de feridos e mortos; • Presta os cuidados de saúde em centros de acolhimento provisório; • Presta os necessários serviços médicos
Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, EPE	
Autoridade de Saúde do Município	• Avaliar o estado de saúde da população; • Avaliar e gerir os riscos para a saúde decorrentes de fatores ambientais; • Inspeccionar a área afetada; • Realizar ações de vacinação; • Efetuar recomendações de carácter sanitário; • Efetivar a vigilância epidemiológica.
INEM	• Assegurar o atendimento, triagem, aconselhamento das chamadas que lhe sejam encaminhadas pelo número 112 e acionamento dos meios de socorro apropriados no âmbito da emergência médica; • Assegurar a prestação de socorro pré-hospitalar e proceder ao transporte para as unidades de saúde adequadas; • Promover a adequação do transporte inter-hospitalar do doente urgente/emergente; • Promover a formação e qualificação do pessoal indispensável às ações de emergência médica; • Desenvolver ações de sensibilização e informação dos cidadãos no que respeita ao SIEM; • Prestação de apoio psicológico às vítimas da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas.

Sapadores Florestais - Associação Florestal de Entre Douro e Vouga	• Participa nas operações de vigilância e rescaldo a incêndios florestais.
Cruz Vermelha	• Colabora com o Comandante das operações de socorro, na reposição da normalidade; • Colabora na ajuda e assistência ao bem-estar das populações evacuadas para os centros de acolhimento provisório; • Apoio ao fornecimento, confeção e distribuição de bens alimentares materiais de alojamento provisório e higiene pessoal das populações evacuadas; • Exerce as funções para as quais estão destinados, no âmbito das ações de Proteção Civil.
Forças Armadas	• Colaboram nas ações de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios; • Colaboram em ações de reabilitação de infraestruturas.

Tabela 17 - Tarefas para cada Agente de Proteção Civil na fase de Reabilitação

3.2. Missão dos organismos e entidades de apoio

3.2.1. Fase de emergência

Fase de Emergência		
Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis	- Disponibilizar meios, recursos e pessoal para apoio às ações de emergência; - Apoiar logisticamente a sustentação das operações, na área de atuação própria do CB, com o apoio do SMPC
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões	
Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses	Gabinete Médico-Legal de Aveiro	Assumir a investigação forense para identificação dos corpos com vista à sua entrega aos familiares
Instituições de Segurança Social	Centro Distrital de Aveiro do Instituto da Segurança Social, I.P. ⁸	- Assegura e coordena as ações de apoio social às populações, no âmbito da ação social, numa intervenção concertada com as entidades competentes de proteção civil e articulação os vários setores intervenientes; - Assegura o apoio psicológico de continuidade às vítimas; - Colabora na definição de critérios de apoio à população; - Assegura a constituição de equipas técnicas em articulação com os vários setores intervenientes, para receção, atendimento e encaminhamento da população; - Participa nas ações da pesquisa e reunião de desaparecidos; - Participa na instalação da Zona de Apoio (ZA) e da Zona de Concentração e Reserva (ZCR), assegurando o fornecimento de bens e serviços essenciais; - Colabora nas ações de movimentação de populações.
Instituições com fins de socorro e de solidariedade	Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa Centro Infantil de Cesar Fundação Condessa Penha Longa Misericórdia de Cucujães Centro Social Dr. ^a Leonilde Aurora Silva	- Presta apoio às populações com bens de primeira necessidade; - Presta assistência humanitária; - Coloca os seus meios e recursos à disposição das ações de socorro e assistência; - Colabora nas ações de logística, nomeadamente com alimentação e agasalhos.

⁸ A definição das atribuições da Segurança Social e as suas equipas de intervenção imediata é realizada de acordo com o definido no PEERMS-AML-CL, ponto 10 da Resolução da CNPC 22/2009 de 23 de Outubro.

	Matos Centro Paroquial Social Santo André de Macinhata da Seixa Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho Comossela - Comissão de Melhoramentos de Ossela Centro Social, Cultural e Recreativo de Pindelo Obra Social São Martinho da Gândara Centro Infantil de São Roque Associação de Solidariedade Social de Travanca Associação de Solidariedade Social de Loureiro Centro Social Paroquial Nogueira do Cravo Comissão de Melhoramentos de Azeméis Centro Paroquial e Social São Miguel Santa Casa Misericórdia de Oliveira de Azeméis Patronato de Santo António CERCIAZ, C.R.L. Associação de Solidariedade Social de Macieira de Sarnes Fundação Manuel Brandão	
--	--	--

	Lar Santa Teresinha – Cucujães Centro Terceira Idade São Roque Centro Social Paroquial Pinheiro da Bemposta Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro Centro Regional de Segurança Social de Oliveira de Azeméis	
Organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	• Presta assessoria técnica aos decisores, auxiliando no processo de tomada de decisão; • Presta assessoria técnica aos decisores, auxiliando no processo de tomada de decisão; • Coloca os seus meios à disposição das ações de proteção e socorro; • Colabora no estabelecimento dos meios de ação.
	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	• Presta assessoria técnica aos decisores, auxiliando no processo de tomada de decisão; • Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera	• Presta assessoria técnica aos decisores, auxiliando no processo de tomada de decisão; • Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.
	Estradas de Portugal, BRISA	• Presta assessoria técnica aos decisores, auxiliando no processo de tomada de decisão.
	EDP	• Participam nas atividades de socorro, nomeadamente em processos de gestão de rede; • Ativa de imediato as equipas de intervenção; • Assegura o fornecimento de energia em infraestruturas críticas como Hospitais; serviços de estado; estruturas de proteção civil e forças de segurança, entre outros.
	REN – Redes Energéticas Nacionais	• Participam nas atividades de socorro, nomeadamente em processos de gestão de rede; • Ativa de imediato as equipas de intervenção; • Assegura o fornecimento de energia em infraestruturas críticas como Hospitais; serviços de estado; estruturas de proteção civil e forças de segurança, entre outros.
	INDAQUA, Águas do	• Assegurar a capacidade operacional dos serviços;

	Douro e Paiva	- Disponibilizar meios humanos e materiais para proceder ao corte ou reparação dos serviços; - Disponibilizar equipamentos para apoio em situações de emergência; - Garantir prioridades de acesso, em situação de emergência, aos locais correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à conduta das operações.
	Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	- Assegurar a capacidade operacional dos serviços; - Disponibilizar meios humanos e materiais para proceder ao corte ou reparação dos serviços; - Disponibilizar equipamentos para apoio em situações de emergência; - Garantir prioridades de acesso, em situação de emergência, aos locais correspondentes aos serviços essenciais e entidades consideradas essenciais à conduta das operações.
	Rede Fixa: Portugal Telecom Rede Móvel: Vodafone, Optimus, TMN	- Ativam as suas equipas de manutenção e reparação; - Assegura o estabelecimento das comunicações necessárias às operações.
	ANACOM	- Prestar apoio às entidades encarregues do planeamento das ações integradas nas áreas ligadas à proteção civil; - Assegurar o funcionamento das redes e dos serviços de telecomunicações em situações de emergência; - Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.
	Rádios: Rádio Voz do Caima; Rádio Azeméis FM; Jornais: Jornal Correio de Azeméis; Jornal Voz de Azeméis.	- Procedem à difusão da informação sobre a ativação do plano; - Procedem à difusão de informação sobre a evolução das operações de socorro, perante da população em geral; - Difundem informações sobre medidas de autoproteção; - Difundem outras informações consideradas pertinentes;
	Caima Transportes, Rodoviária Beira Litoral	- Disponibilizam os seus meios e recursos, materiais e humanos; - Asseguram o transporte de meios e recursos necessários às operações; - Asseguram o necessário transporte das populações desalojadas quando solicitadas.
Outras entidades	Agrupamento de Escolas Soares Basto Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro	- Coloca à disposição das operações de Proteção Civil, as suas instalações e equipamentos; - Colabora em ações logísticas, através da disponibilização de recursos humanos, nomeadamente no que respeita à elaboração de refeições para apoio aos agentes de Proteção Civil.

	Agrupamento de Escolas de Loureiro Agrupamento de Escolas de Fajões Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva	
--	--	--

Tabela 18 - Tarefas para cada Organismo ou Entidade de Apoio na fase de Emergência

3.2.2. Fase de reabilitação

Fase de Reabilitação		
Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis	- Disponibilizar meios, recursos e pessoal para apoio às ações de reabilitação; - Apoiar logisticamente a sustentação das operações, na área de atuação própria do CB, com o apoio do SMPC.
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões	
Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses	Gabinete Médico-Legal de Aveiro	Assumir a investigação forense para identificação dos corpos com vista à sua entrega aos familiares
Instituições de Segurança Social	Centro Distrital de Aveiro do Instituto da Segurança Social, I.P. ⁹	- Assegura e coordena as ações de apoio social às populações, no âmbito da ação social, em articulação com os vários setores intervenientes; - Assegura o apoio psicológico de continuidade às vítimas.
Instituições com fins de socorro e de solidariedade	Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa Centro Infantil de Cesar Fundação Condessa Penha Longa Misericórdia de Cucujães Centro Social Dr.^a	- Apoio às populações com bens de primeira necessidade, como agasalhos, alimentação, etc.; - Presta assistência humanitária; - Coloca os seus meios e recursos à disposição das ações de reposição da normalidade; - Prestam apoio social.

⁹ A definição das atribuições da Segurança Social e as suas equipas de intervenção imediata é realizada de acordo com o definido no PEERMS-AML-CL, ponto 10 da Resolução da CNPC 22/2009 de 23 de Outubro.

	Leonilde Aurora Silva Matos Centro Paroquial Social Santo André de Macinhata da Seixa Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho Comossela - Comissão de Melhoramentos de Ossela Centro Social, Cultural e Recreativo de Pindelo Obra Social São Martinho da Gândara Centro Infantil de São Roque Associação de Solidariedade Social de Travanca Associação de Solidariedade Social de Loureiro Centro Social Paroquial Nogueira do Cravo Comissão de Melhoramentos de Azeméis Centro Paroquial e Social São Miguel Santa Casa Misericórdia de Oliveira de Azeméis Patronato de Santo António CERCIAZ, C.R.L. Associação de Solidariedade Social de Macieira de Sarnes Fundação Manuel	
--	---	--

	Brandão Lar Santa Teresinha – Cucujães Centro Terceira Idade São Roque Centro Social Paroquial Pinheiro da Bemposta Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro Centro Regional de Segurança Social de Oliveira de Azeméis	
Organismos responsáveis pelas florestas, conservação da natureza, indústria e energia, transportes, comunicações, recursos hídricos e ambiente	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	• Quantifica os danos causados; • Procede a ações de requalificação florestal e ambiental; • Cooperar em ações de restabelecimento da normalidade.
	Agência Portuguesa do Ambiente, IP	• Fornecer informação de carácter técnico e científico; • Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera	• Fornecer informação de carácter técnico e científico; • Apoiar com pessoal e meios próprios as operações no âmbito das suas competências.
	Estradas de Portugal, BRISA	•
	EDP	• Procede ao restabelecimento na distribuição da energia; • Assegura o fornecimento de energia em infraestruturas críticas como Hospitais; serviços de estado; estruturas de proteção civil e forças de segurança, entre outros.
	REN – Redes Energéticas Nacionais	• Presta assessoria técnica aos decisores; • Coloca os seus meios à disposição no restabelecimento da situação de normalidade.
	INDAQUA, Águas do Douro e Paiva	• Disponibilizar meios humanos e materiais para restabelecer o normal funcionamento dos serviços; • Manter disponíveis os equipamentos para apoio em situações de falha dos serviços.
	Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	• Disponibilizar meios humanos e materiais para restabelecer o normal funcionamento dos serviços; • Manter disponíveis os equipamentos para apoio em situações de falha dos serviços.

	Rede Fixa: Portugal Telecom Rede Móvel: Vodafone, Optimus, TMN	• Ativam as suas equipas de manutenção e reparação; • Procede ao restabelecimento das comunicações; • Assegura o estabelecimento das comunicações necessárias às operações
	ANACOM	• Procede ao restabelecimento das comunicações; • Assegura o estabelecimento das comunicações necessárias às operações.
	Rádios: Rádio Voz do Caima; Rádio Azeméis FM; Jornais: Jornal Correio de Azeméis; Jornal Voz de Azeméis.	• Procedem à difusão de informação sobre a evolução das operações de socorro, perante a população em geral; • Difundem informações sobre medidas de autoproteção; • Difundem outras informações consideradas pertinentes.
	Caima Transportes, Rodoviária Beira Litoral	• Disponibilizam os seus meios e recursos, materiais e humanos; • Apoiam no transporte de meios e recursos necessários ao restabelecimento da normalidade; • Asseguram a necessária movimentação das populações.
Outras entidades	Agrupamento de Escolas Soares Basto Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro Agrupamento de Escolas de Loureiro Agrupamento de Escolas de Fajões Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva	• Coloca à disposição do Comandante das operações de Proteção Civil, as suas instalações e equipamentos; • Colabora em ações logísticas, através da disponibilização de recursos humanos, nomeadamente no que respeita à elaboração de refeições para apoio aos agentes de Proteção Civil.
	Grupo 212 Escoteiros de Portugal, Agrupamento de Escuteiros 1099 de Santiago de Riba UI	• Coloca à disposição do Comandante das operações de Proteção Civil, as suas instalações e equipamentos; • Colabora em ações logísticas, através da disponibilização de recursos humanos, nomeadamente no que respeita à elaboração de refeições para apoio aos agentes de Proteção Civil.

Tabela 19 - Tarefas para cada Organismo ou Entidade de Apoio na fase de Reabilitação

3.3. Missão das estruturas autárquicas

3.3.1. Fase de emergência

Fase de Emergência		
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Serviço Municipal de Proteção Civil	• Compete ao SMPC assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal; • Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC; • Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC; • Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às respetivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das ações empreendidas em cada caso; • Prestar apoio logístico às vítimas e às forças de socorro; • Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento; • Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas; • Difusão de avisos, alertas e outros considerados essenciais.
	Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia	• Coloca ao serviço da Proteção Civil, todos os recursos disponíveis para fazer face à situação de desastre ou catástrofe; • Coloca meios humanos sob a coordenação do comandante das operações de socorro, com o intuito de suprir situações para as quais não seja necessária especialização técnica e meios específicos; • Apoio humano e material às outras entidades com especial dever de cooperação; • Apoia nas ações logísticas necessárias.
Juntas de Freguesia		• Concede todo o apoio necessário às ações a desenvolver; • Coloca todos os seus meios humanos e materiais ao serviço das ações a desenvolver no âmbito da Proteção Civil; • Auxilia na inventariação de recursos existentes na sua freguesia; • Auxilia na análise e avaliação dos efeitos causados, quer nos bens, quer no ambiente, quer essencialmente na população;

3.3.2. Fase de emergência

Fase de Reabilitação		
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Serviço Municipal de Proteção Civil	• Compete ao SMPC assegurar o funcionamento de todos os organismos municipais de proteção civil, bem como centralizar, tratar e divulgar toda a informação recebida relativa à proteção civil municipal. • Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC; • Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC; • Manter informação atualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adotadas para fazer face às respetivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das ações empreendidas em cada caso; • Prestar o apoio logístico às vítimas e às forças de socorro; • Organizar e gerir os centros de alojamento; • Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas.
	Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia	• Coloca ao serviço da Proteção Civil, todos os recursos disponíveis com o objetivo de repor o mais rapidamente a situação de normalidade; • Procede à reabilitação de infraestruturas necessárias, comunicações, transporte, energia, água, saneamento, etc.; • Apoio humano e material às outras entidades com especial dever de cooperação; • Apoia nas ações logísticas necessárias; Procede à análise e quantificação dos danos.
Juntas de Freguesia		• Concede todo o apoio necessário às ações a desenvolver; • Coloca todos os seus meios humanos e materiais ao serviço das ações a desenvolver no rápido restabelecer da normalidade; • Auxilia na análise e avaliação dos efeitos causados, quer nos bens, quer no ambiente, quer essencialmente na população.